



# CÂMARA MUNICIPAL DE SONORA

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

## PROJETO DE LEI 599/2025

Dispõe sobre o parcelamento e reparcelamento de débitos do Município de Sonora com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, de que tratam os arts. 115 e 117 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, com a redação conferida pela Emenda Constitucional nº 136, de 9 de setembro de 2025.

Dispõe sobre o parcelamento e reparcelamento de débitos do Município de Sonora com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, de que tratam os arts. 115 e 117 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, com a redação conferida pela Emenda Constitucional nº 136, de 9 de setembro de 2025.

SONORA/MS, 20 de Outubro de 2025

---

Poder Executivo  
Prefeito Municipal(a)





# CÂMARA MUNICIPAL DE SONORA

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

## PARECER JURÍDICO

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º599/2025

AUTORIA: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

EMENTA: “DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO E REPARCELAMENTO DE DÉBITOS DO MUNICÍPIO DE SONORA COM SEU REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS, DE QUE TRATAM OS ARTS.115 E 117 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS – ADCT, COM A REDAÇÃO CONFERIDA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL N.º136, DE 09 DE SETEMBRO DE 2025”.

### I – O RELATÓRIO

Chegou a esta Casa, o Projeto de Lei n.º599/2025, de autoria do Executivo Municipal, para ser analisado e votado pelos dignos pares desta Casa de Leis, cujo Projeto solicita autorização para o parcelamento e reparcelamento das contribuições previdenciárias e dos demais débitos do município de Sonora, incluída autarquias e fundações, com seu Regime Próprio de Previdência Social – RPPS. Seus artigos, incisos e parágrafos referem-se as quantidades das parcelas, contratações, acordos de parcelamento, adesão, adequações, montantes devidos, atualização dos valores e juros, dentre várias outras exigências, tratando, ainda da suspensão dos acordos no caso de inadimplência no pagamento das prestações.

### II – PARECER E VOTO

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, reunida para estudo e emissão de Parecer ao Projeto de Lei em tela, após o relatório, emite o seguinte Parecer e Voto:

O Projeto de Lei n.º599/2025 encontra-se amparado pela Constituição Federal em vigor, sendo, portanto, constitucional.

Concluimos pela sua tramitação regimental, respeitando, porém, a decisão do Colendo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das reuniões, 23 de outubro de 2025

Ver. Francisco Deuzimar Lima  
Presidente

Ver. Joaquim Cassiano Teixeira  
Relator

Ver. Weldisom Manoel Ramos  
Membro





**CÂMARA MUNICIPAL DE SONORA**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

**Solicitação de parecer:** 29/10/2025 08:22

**Prazo:** 03/11/2025

**Comissão:** COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

**Status do parecer:** Em aberto





# CÂMARA MUNICIPAL DE SONORA

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

## PARECER JURÍDICO

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º599/2025

AUTORIA: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

EMENTA: “DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO E REPARCELAMENTO DE DÉBITOS DO MUNICÍPIO DE SONORA COM SEU REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS, DE QUE TRATAM OS ARTS.115 E 117 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS – ADCT, COM A REDAÇÃO CONFERIDA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL N.º136, DE 09 DE SETEMBRO DE 2025”.

### I – O RELATÓRIO

Chegou a esta Casa o Projeto de Lei n.º599/2025, de autoria do Executivo Municipal, para ser analisado e votado pelos dignos pares desta Casa de Leis, cujo Projeto solicita autorização para o parcelamento e reparcelamento das contribuições previdenciárias e dos demais débitos do município de Sonora, incluída autarquias e fundações, com seu Regime Próprio de Previdência Social – RPPS. Seus artigos, incisos e parágrafos referem-se as quantidades das parcelas, contratações, acordos de parcelamento, adesão, adequações, montantes devidos, atualização dos valores e juros, dentre várias outras exigências, tratando, ainda da suspensão dos acordos no caso de inadimplência no pagamento das prestações.

### II – PARECER E VOTO

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, reunida para estudo e emissão de Parecer ao Projeto de Lei em tela, após o relatório, emite o seguinte Parecer e Voto:

O Projeto de Lei n.º599/2025 encontra-se amparado pela Constituição Federal em vigor, sendo, portanto, constitucional.

Concluimos pela sua tramitação regimental, respeitando, porém, a decisão do Colendo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das reuniões, 23 de outubro de 2025

Ver. Francisco Deuzimar Lima  
Presidente

Ver. Joaquim Cassiano Teixeira  
Relator

Ver. Weldisom Manoel Ramos  
Membro





**CÂMARA MUNICIPAL DE SONORA**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**

**Solicitação de parecer:** 29/10/2025 08:25

**Prazo:** 03/11/2025

**Comissão:** COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

**Status do parecer:** Em aberto





# CÂMARA MUNICIPAL DE SONORA

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

## PARECER JURÍDICO

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º599/2025

AUTORIA: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

EMENTA: “DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO E REPARCELAMENTO DE DÉBITOS DO MUNICÍPIO DE SONORA COM SEU REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS, DE QUE TRATAM OS ARTS.115 E 117 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS – ADCT, COM A REDAÇÃO CONFERIDA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL N.º136, DE 09 DE SETEMBRO DE 2025”.

### I – O RELATÓRIO

Chegou a esta Casa, o Projeto de Lei n.º599/2025, de autoria do Executivo Municipal, para ser analisado e votado pelos dignos pares desta Casa de Leis, cujo Projeto solicita autorização para o parcelamento e reparcelamento das contribuições previdenciárias e dos demais débitos do município de Sonora, incluída autarquias e fundações, com seu Regime Próprio de Previdência Social – RPPS. Seus artigos, incisos e parágrafos referem-se as quantidades das parcelas, contratações, acordos de parcelamento, adesão, adequações, montantes devidos, atualização dos valores e juros, dentre várias outras exigências, tratando, ainda da suspensão dos acordos no caso de inadimplência no pagamento das prestações.

### II – PARECER E VOTO

A Comissão de Orçamento e Finanças, reunida para estudo e emissão de Parecer ao Projeto de Lei em tela, após o relatório, emite o seguinte Parecer e Voto:

O Projeto de Lei n.º599/2025 encontra-se amparado pela Lei Orçamentária em vigor.

Concluimos pela sua tramitação regimental, respeitando, porém, a decisão do Colendo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das reuniões, 23 de outubro de 2025

Ver. Flávia Porto da Mota Vasconcelos  
Presidente

Ver. Hemerson Oliveira Grison  
Relator

Ver. Douglas Brasileiro da Silva  
Membro





**CÂMARA MUNICIPAL DE SONORA**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**

**Solicitação de parecer:** 29/10/2025 08:28

**Prazo:** 03/11/2025

**Comissão:** COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

**Status do parecer:** Em aberto





# CÂMARA MUNICIPAL DE SONORA

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

## PARECER JURÍDICO

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º599/2025

AUTORIA: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

EMENTA: “DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO E REPARCELAMENTO DE DÉBITOS DO MUNICÍPIO DE SONORA COM SEU REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS, DE QUE TRATAM OS ARTS.115 E 117 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS – ADCT, COM A REDAÇÃO CONFERIDA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL N.º136, DE 09 DE SETEMBRO DE 2025”.

### I – O RELATÓRIO

Chegou a esta Casa, o Projeto de Lei n.º599/2025, de autoria do Executivo Municipal, para ser analisado e votado pelos dignos pares desta Casa de Leis, cujo Projeto solicita autorização para o parcelamento e reparcelamento das contribuições previdenciárias e dos demais débitos do município de Sonora, incluída autarquias e fundações, com seu Regime Próprio de Previdência Social – RPPS. Seus artigos, incisos e parágrafos referem-se as quantidades das parcelas, contratações, acordos de parcelamento, adesão, adequações, montantes devidos, atualização dos valores e juros, dentre várias outras exigências, tratando, ainda da suspensão dos acordos no caso de inadimplência no pagamento das prestações.

### II – PARECER E VOTO

A Comissão de Orçamento e Finanças, reunida para estudo e emissão de Parecer ao Projeto de Lei em tela, após o relatório, emite o seguinte Parecer e Voto:

O Projeto de Lei n.º599/2025 encontra-se amparado pela Lei Orçamentária em vigor.

Concluimos pela sua tramitação regimental, respeitando, porém, a decisão do Colendo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das reuniões, 23 de outubro de 2025

Ver. Flávia Porto da Mota Vasconcelos  
Presidente

Ver. Hemerson Oliveira Grison  
Relator

Ver. Douglas Brasileiro da Silva  
Membro





**CÂMARA MUNICIPAL DE SONORA**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**

**Solicitação de parecer:** 29/10/2025 08:36

**Prazo:** 03/11/2025

**Comissão:** COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

**Status do parecer:** Em aberto

